

Transparente como água

Mais um dos males próprios das grandes metrópoles chega a Brasília — a falta d'água. Foi certamente com surpresa que a população da capital federal soube, pela imprensa, da existência de um relatório da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, a Caesb, prevendo um inevitável racionamento de água ainda este ano. Segundo os técnicos da empresa, na melhor das hipóteses o racionamento virá em novembro. Na pior, já em agosto.

No mesmo relatório, os técnicos apontam diversas causas para o problema, entre elas a inexistência de investimentos no setor nos últimos dez anos. Apontam, também, soluções que implicam na duplicação do sistema do Rio Descoberto e na formação do Lago São Bartolomeu. A primeira medida só se efetivará dois anos depois de iniciadas as obras. O lago, se tudo der certo, só em 1991.

Mais uma vez, assim, a população de Brasília é punida pelo que não fez. Amargará um racionamento — e, antes dele, as medidas anunciadas para conter o consumo — sem entender direito o que está acontecendo, porque está acontecendo e como solucionar o problema.

Não há porque duvidar dos estudos da Caesb, mas é preciso que o relatório anunciado seja bem explicado, que seus termos sejam melhor detalhados. Cada cidadão, cada contribuinte, tem o direito de saber porque chegamos à perspectiva do racionamento. E tem o direito, sobretudo, de conhecer as alternativas de solução para que não tenha de engolir, mais uma vez, soluções que nem sempre são as mais indicadas.

O racionamento da água, como os muitos outros problemas enfrentados pela população do Distrito Federal, remete a uma questão fundamental na gestão de uma sociedade que se pretende democrática: a participação da população nas definições de prioridades e no planejamento de governo. As decisões tomadas em gabinetes, arquivadas nas pranchetas e testadas em laboratórios fechados a sociedades, acessíveis apenas a poucos iluminados, devem pertencer ao passado.

Os contribuintes que vivem na capital federal nunca foram informados dos problemas existentes e agora apontados. A perspectiva de racionamento parecia restrita ao volume de chuvas, a uma questão climática, não a tão graves problemas estruturais e má gestão dos recursos públicos, como indica o relatório da Caesb.

Bem informada, consciente da gravidade do problema, segura quanto às intenções dos governantes, a população brasiliense certamente dará sua contribuição (além dos impostos que já paga) para superar a escassez de água e muitos outros problemas com que se depara no dia-a-dia. Na «Nova República», uma palavra passou a circular com intensidade nos círculos do poder: transparência. É preciso, portanto, que os atos do governo sejam transparentes, que as decisões sejam democratizadas.

Nessa questão do racionamento, é preciso que haja a transparência de uma água limpa. Que não pode ser, naturalmente, a do Lago Paranoá.